



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Relatório de Audiência

Dia: 16 de Novembro de 2010

Hora: 17h30

N.º 62/XI (2.ª)

ENTIDADE: FENPROF, representada pelo Secretário-Geral, Mário Nogueira, e pelos membros do secretariado nacional Manuela Mendonça (Norte), Luís Lobo (Centro), Antónia Fialho (Sul) e Anabela Delgado (Grande Lisboa).

ASSUNTO: Anulação de parte significativa do acordo de princípios sobre o ECD, assinado pela FENPROF e pelo Governo, em 8 de Janeiro de 2010.

Recebida pelos Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Maria das Mercês Borges, Margarida Almeida e José Ferreira Gomes (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), Mariana Aiveca (BE) e Miguel Tiago (PCP).

Os requerentes da audiência – que foi integralmente gravada em suporte áudio e se encontra disponível para consulta [aqui](#) -, começaram por explicar que as medidas aprovadas pelo Conselho de Ministros no passado dia 29 de Setembro e as disposições constantes da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2011 anulam parte significativa do acordo de princípios sobre o Estatuto da Carreira Docente, assinado pela FENPROF com o Governo em 8 de Janeiro de 2010.

Fizeram entrega de documentação, que se junta, salientando que o Governo assumiu compromissos com as escolas e com os professores que agora são postos em causa, o que certamente trará consequências negativas para a organização pedagógica das escolas e para o seu funcionamento. Sublinharam que, com o corte previsto de cerca de 803 Milhões de Euros na Educação, com a supressão de 30 000 horários, com a redução do número de docentes, com as alterações curriculares previstas como a eliminação da área projecto e do estudo acompanhado, há escolas que não vão aguentar e será comprometida a qualidade do ensino.

De seguida entrevistaram os seguintes Deputados:

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) registou as questões colocadas e informou que a posição do PCP, a respeito daquela matéria, já tinha sido explicitada na audiência realizada com a Comissão de Orçamento e Finanças.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) considerou as notas explicativas da FENPROF muito elucidativas quanto às eventuais consequências das medidas propostas para o ensino e para as gerações mais novas. A respeito da dimensão do impacto salarial, salientou que o Orçamento do Estado faz alterações estruturais, sem respeitar a contratação colectiva, tornando imperativas normas que “rebentam” com o Direito do Trabalho. Mas também opinou que ainda é possível minimizar esses efeitos.

O Senhor Deputado José Ferreira Gomes (PSD) constatou que as disposições do OE no que diz respeito à função pública - que foram pensadas de maneira errática, sem planeamento -, são lastimáveis. Disse que, apesar de o PSD se ter associado ao Governo por designio nacional, pode a FENPROF contar com o seu Grupo Parlamentar para mitigar, na medida do possível, os efeitos negativos.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) informou que, no que respeita à área laboral, o CDS-PP, que está atento, irá apresentar diversas propostas de alteração ao Orçamento do Estado, que os deixa perplexos, não pelos cortes propostos mas pela forma como aparecem. Concluiu dizendo que há mais de uma década que Portugal vive acima das suas possibilidades.

Também a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) disse que a violência do OE consiste no facto de não respeitar o valor do trabalho, que é muito materializado no salário que as pessoas recebem. Ainda que se tenha criado um patamar – 1500 Euros -, desconhece-se se o mesmo se irá manter e, ainda que o FMI não seja uma novidade, compromete a soberania nacional.

Os requerentes da audiência intervieram de novo para reforçarem a ideia de que as pessoas estão revoltadas com a actual conjuntura e que têm a percepção de que os sacrifícios por que vão passar nem sequer vão valer a pena, talvez por falta de opção estratégica do Governo.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) agradeceu as questões abordadas e os esclarecimentos da FENPROF e deu por concluída aquela audiência.

Palácio de São Bento, em 18 de Janeiro de 2011.

A DEPUTADA DO PS,



(Maria José Gamboa)